

# PÁGINAS PROIBIDAS: CENSURA DE LIVROS NO BRASIL<sup>1</sup>

## FORBIDDEN PAGES: BOOK CENSORSHIP IN BRAZIL

Renata Teodoro Viana<sup>2</sup>

**RESUMO:** A censura de livros acompanha a história da humanidade desde a invenção da escrita e não está limitada a países onde imperam regimes totalitários ou fundamentalistas. No Brasil está presente desde o período colonial e comumente as pesquisas sobre o assunto abordam a censura em períodos de regimes totalitários. Essa pesquisa partiu da necessidade de investigar de que formas a censura se apresenta e suas motivações, bem como trazer à tona a percepção das pessoas em geral sobre a censura de livros no Brasil. O objetivo deste estudo é identificar os elementos que constituem os atos de censura de livros no Brasil, a partir de motivações, obras e autorias. Especificamente buscou-se identificar os atos/eventos/episódios de censura; identificar os títulos e/ou autores de livros mais censurados; e analisar as razões por trás da censura desses títulos e/ou autores, investigando a que tipo de questões estão relacionadas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de abordagem qualitativa cujo instrumento foi um questionário online de natureza mista e as respostas submetidas à análise de conteúdo. Os resultados apontam a ocorrência de censura de livros no país, em especial no âmbito da biblioteca escolar, sendo perpetrada principalmente por autoridades da instituição e por pais/responsáveis, em sua maioria entre 2022 e 2023. A principal motivação identificada é de que a obra é considerada imprópria para crianças e/ou adolescentes. As motivações por trás desses atos censórios são influenciadas por questões políticas, religiosas, morais e temáticas relacionadas a gênero e orientação sexual.

**Palavras-chave:** censura de livros; liberdade de pensamento; direito de acesso à informação; biblioteca escolar; censura; biblioteca; Brasil.

**ABSTRACT:** Book censorship has been part of human history since the invention of writing and is not limited to countries with totalitarian or fundamentalist regimes. It has been present in Brazil since colonial times, and research on the subject usually focuses on censorship during periods of totalitarian regimes. This research arose from the need to investigate the forms and motivations behind censorship, as well as the perception of people in general about book censorship in Brazil. The aim of this study is to identify the elements that make up acts of book censorship in Brazil, based on motivations, works and authors. Specifically, we sought to identify acts/events/episodes of censorship; identify the most censored book titles and/or authors; and analyze the reasons behind the censorship of these book titles and/or authors, investigating what kind of issues they are related to. This is a descriptive, bibliographical study with a

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso realizado sob orientação do Prof. Dr. Enrique Muriel-Torrado e coorientação do Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado, apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia. Defesa realizada em 20 de novembro de 2023, com a banca de avaliação composta pela Dra. Patrícia da Silva Neubert e pela Dra. Andréa Figueiredo Leão Grants.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: renataviana@hotmail.com.

qualitative approach. The instrument was an online mixed questionnaire and the answers were submitted to content analysis. The results point to the occurrence of book censorship in the country, especially within school libraries, being perpetrated mainly by the institution's authorities and by parents/guardians, mostly between 2022 and 2023. The main reason identified is that the work is considered unsuitable for children and/or adolescents. The motivations behind these censorious acts are influenced by political, religious, and moral issues and themes related to gender and sexual orientation.

**Keywords:** book censorship; intellectual freedom; right to information access; school library; censorship; library; Brazil

## 1 INTRODUÇÃO

O direito de acesso à informação e à liberdade de opinião e de expressão são prerrogativas garantidas tanto em nível internacional, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948), quanto em nível nacional, por meio da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), e, especificamente no campo da Biblioteconomia, por meio do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018).

Em contraposição, a censura pode ser considerada um mecanismo de cerceamento de tais direitos, visto que impede que os indivíduos expressem livremente seus pensamentos e opiniões, independentemente da forma de produção (Oliveira; Castro, 2017). Sua prática “influi em vetar a autonomia sobre as escolhas de terceiros, em relação ao que lê, pensa, expressa e questiona, infringindo, desta forma, a liberdade intelectual” (Oliveira; Castro, 2017, p. 33).

O aumento no número de relatos de atos censórios a livros coincide com a atuação de políticos e de uma parcela da sociedade civil fundamentados em seus vieses religiosos, conservadores e moralistas (Reimão, 2022) para avocar a si mesmos o direito e/ou a responsabilidade de decidir quem pode ler qual tipo de obra. No entanto, esse comportamento não é característico de uma única época e independe da forma de regime governamental (ditatorial ou democrático) (Costa, 2017).

Atentar para a existência da censura de livros e que esta acompanha a história da humanidade desde a invenção da escrita, nos possibilita perceber que a censura não é limitada a países onde imperam regimes totalitários ou fundamentalistas. Muitas vezes os atos censórios se apresentam de forma dissimulada ao utilizar discursos em

que se pretende proteger seus cidadãos, em especial as crianças e os adolescentes, contra ideias e comportamentos considerados impróprios ou danosos à moral e aos valores de uma determinada parcela da sociedade, como forma de imposição de sua visão de mundo e manutenção do seu *status quo* (Oliveira; Castro, 2017).

Com essa pesquisa buscou-se investigar de que formas a censura se apresenta e suas motivações, bem como trazer à tona a percepção das pessoas em geral sobre a censura de livros no Brasil. O interesse na pesquisa surgiu a partir da constatação do aumento na quantidade de notícias relacionadas a casos de censura a livros em bibliotecas, em especial escolares e públicas, nos Estados Unidos da América nos últimos anos (American Library Association, 2023). No contexto brasileiro, apesar de com menos frequência, também se tem constatado um aumento de reportes sobre o assunto<sup>3</sup>.

Quanto à importância em se realizar um levantamento da censura a livros no Brasil, esta pesquisa se justifica pela pouca literatura científica sobre o assunto no país, particularmente na contemporaneidade, sendo que comumente as pesquisas se restringem à censura em períodos de regimes totalitários, como o Estado Novo e a Ditadura Militar.

Espera-se que esse estudo contribua para chamar a atenção da sociedade, em especial dos bibliotecários, ao fato de atos censórios contra livros ainda ocorrerem no país, alguns deles reportados na mídia jornalística e em redes sociais, o que demonstra uma transgressão aos direitos de acesso à informação e à liberdade intelectual, devendo estes ser resguardados em prol de uma sociedade que acolha o pensamento crítico e plural.

O objetivo geral é identificar os elementos que constituem os atos de censura de livros no Brasil, a partir de motivações, obras e autorias. Como objetivos específicos, procura-se: a) identificar os atos/eventos/episódios de censura; b) identificar os títulos e/ou autores de livros mais censurados; e c) analisar as razões por trás da censura desses títulos e/ou autores, investigando a que tipo de questões estão relacionadas.

---

<sup>3</sup> Alguns casos específicos de censura de livros no país nos últimos anos (2015-2023), podem ser encontrados em artigos científicos, revistas ou matérias jornalísticas, como: Lima; Galindo (2018), Souza (2018), Oito (2019), Malta; Flexor; Costa (2020), Dutra (2021), Reimão; Nery; Maués (2022), Andreatta; Silveira (2023), Oliveira (2023) e Petrovitch; Baptista; Sá (2023). Outros casos também podem ser encontrados na página de Relatos de censura da campanha “Bibliotecas que não se calam”, no sítio eletrônico da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB, 2020).

## 2 DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LIBERDADE INTELECTUAL

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelece no Artigo 19º que toda pessoa “tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão” (Organização das Nações Unidas, 1948).

No âmbito do Brasil, o Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 dispõe, dentre outros termos, que todos são iguais perante a lei, sendo livres para manifestar seu pensamento e expressar sua “atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Brasil, 1988), sendo assegurado igualmente o acesso à informação. Complementarmente, o Artigo 220 do mesmo dispositivo legal estabelece que a “manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição” (Brasil, 1988), sendo vedado todo e qualquer tipo de censura, seja de natureza política, ideológica ou artística.

O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário, aprovado pelo Plenário do Conselho Federal de Biblioteconomia, por meio da Resolução CFB nº 207/2018, também estipula, em seu Artigo 2º, que as principais características da profissão de Bibliotecário “são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos” (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018), repudiando toda e qualquer forma de censura e de interferência política.

Nesse contexto, a liberdade de pensamento ou liberdade intelectual pode ser definida como a liberdade “que dá à pessoa o direito de ler e de expressar suas opiniões, crenças e doutrinas” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 223). No âmbito da Biblioteconomia, a liberdade intelectual pode ser considerada em relação ao usuário, como o seu direito de ter acesso irrestrito a todo e qualquer aspecto da informação; à prática do bibliotecário quanto à seleção do material e à formação e desenvolvimento da coleção; ao próprio bibliotecário quanto ao seu direito de se expressar livremente sem receio de represálias à sua atuação profissional; e à instituição da biblioteca, cujo papel é de promoção da mudança social e de educação (Vergueiro, 1987).

### 3 CENSURA E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

Em contraposição à liberdade intelectual, tem-se a censura, a qual constitui-se em registro de diversos sentidos, evocando

memórias e emoções desconfortáveis, ligadas a atividades como restrição à liberdade de expressão, controle de livre circulação de pessoas ou informações, destruição de veículos de informação ou cortes em processos de circulação e divulgação de notícias (Cavalcanti; Pajeú; Bufrem, 2022, p. 303).

A censura é equivalente a uma eliminação de ideias e comportamentos, mesmo que disfarçada de orientação e colaboração para um pretenso refinamento cultural ou de proteção da produção científica e estética da sociedade (Cavalcanti; Pajeú; Bufrem, 2022). Ainda que se presuma leve, “constitui uma violência que fere a dignidade e a competência dos censurados que têm suas ideias e comportamentos mutilados em função de uma pretensa unicidade estética e moral” (Cavalcanti; Pajeú; Bufrem, 2022, p. 305).

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 76) apresentam duas definições de censura, sendo que a primeira se refere ao ato de proibir a publicação e divulgação de “ideias, notícias, imagens e conceitos que são considerados, pelas autoridades, como elementos capazes de abalar a autoridade do governo, ou a ordem social e moral”. Em relação aos livros, a censura também diz respeito ao controle que é exercido sobre a informação e os livros, com o intuito de decidir se sua disseminação é oportuna ou não (Cunha; Cavalcanti, 2008).

A censura se configura como um ato ou efeito de proibir, reprimir, não se restringindo a documentos, mas a qualquer tipo de informação, podendo sua prática se distinguir por meio de três modalidades (Salcedo; Costa, 2018):

- a) Explícita: ocorre geralmente de acordo com leis de caráter censório;
- b) Intimidação da população ou do governo: acarreta o medo de sofrer coerção por se expressar;
- c) Propaganda e/ou controle dos meios de comunicação: influencia a opinião pública.

Dentre as formas de manifestação da censura, Oliveira e Castro (2017) apontam as cinco seguintes, dispostas no Quadro 1:

Quadro 1 – Formas de manifestação da censura

<b>Censura prévia</b>	Historicamente associada a regimes totalitários, os quais se utilizam de documentos oficiais (leis, decretos...), imposições e vedações contra tudo aquilo que não for de acordo com sua ideologia e seus interesses. É utilizada como forma de controle da sociedade por meio da manipulação do pensamento e comportamento para favorecer seus interesses e sua manutenção no poder.
<b>Censura punitiva</b>	Acarreta na prática do constrangimento e de perseguições àqueles que adotam crenças, ideologias ou pensamentos contrários aos que estão no poder, podendo sofrer ameaças, torturas ou até a morte. Também pode adotar características sutis, como animosidade ou exclusão.
<b>Autocensura ou censura interna</b>	Provém da própria pessoa que está lidando com o objeto ou situação que lhe é desagradável e, ao não ser compatível ou concordar, comete a censura.
<b>Censura técnica<sup>4</sup></b>	Muitas vezes toma a forma implícita, ao ser adotada como procedimentos técnicos da prática bibliotecária, podendo ser por meio da etiquetagem (rotulação para sinalização de materiais considerados impróprios); restrição de acesso (imposição de obstáculos para dificultar o acesso ao material); e expurgo (eliminação do material em parte ou no todo).
<b>Censura burocrática</b>	Empregadas em excesso, as normas e regras, características da burocracia podem tomar um caráter de opressão e constrangimento ao adotar obstáculos e dificuldades no acesso à informação e ao conhecimento.

Fonte: Elaborado a partir de Oliveira e Castro (2017)

Costa (2017) apresenta alguns critérios que podem servir como norteadores para a identificação de atos censórios. São eles:

- a) visam alteração, modificação, silenciamento e/ou interdição de manifestações de produção simbólica, como os livros;

<sup>4</sup> Quanto à censura técnica, Vergueiro (1987) a considera um ato de autocensura do profissional bibliotecário.

- b) tendem a privar o público ao qual a obra se destina de seu conteúdo;
- c) ocorrem em espaço público ou repercutem neste;
- d) procuram inibir a menção, defesa ou discussão de determinados conteúdos, de modo a suprimir interpretações da realidade consideradas inadequadas por certos grupos;
- e) tendem a usar como justificativa razões éticas e morais ou a proteção a minorias;
- f) evidenciam a interpretação de mundo que consideram inconveniente ou indesejável e que almejam reprimir;
- g) o mundo que alegam defender não existe, pois não há ideologia hegemônica totalmente aceita ou sociedade com modelo único de relações afetivas, sexuais e familiares.

Embora a censura provenha da sociedade, ela necessita de um amparo legal, por meio do Estado, para se manter e se legitimar, podendo adotar duas formas: limitação ou supressão violenta (física ou simbólica), se configurando “como uma ruptura no processo de produção e aquisição da informação”; ou indução à adoção de comportamentos que estejam de acordo com os interesses das classes que detêm o poder, sempre visando à eliminação do que considera diferente e repulsivo (Cavalcanti; Pajeú; Bufrem, 2022, p. 306).

#### **4 CENSURA DE LIVROS NO BRASIL**

A censura de livros no país está presente desde quando o Brasil era colônia de Portugal, estando associada à Reforma Católica, cujo intuito era aproximar a Igreja de seus fiéis, reorganizar a si mesma e se posicionar contra os ideais defendidos pelos protestantes (Villalta, 2002). Inicialmente, em Portugal, foi estabelecido em 1517 o Ordinário (juízos eclesiásticos em cada diocese), acrescido da Inquisição (Tribunal do Santo Ofício), em 1536, e do Desembargo do Paço, em 1576, constituindo o sistema tríplice de censura que durou até 1768<sup>5</sup>, sendo que o Ordinário e a Inquisição se

---

<sup>5</sup> Após 1768, com a reforma instituída pelo Marquês de Pombal, a censura foi centralizada com a instalação da Real Mesa Censória (1768-1787). Em 1787, teve sua denominação alterada para Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros (1787-1794), sendo extinta em 1794, ocasião em que foi restabelecido o sistema tríplice de censura (Inquisição, Ordinário e Desembargo do Paço), até a transferência da Família Real para o Brasil, em 1808 (Villalta, 2002).

incumbiam da censura religiosa e o Desembargo do Paço, da censura civil (Villalta, 2002).

Tendo sua primeira versão publicada em 1559 pela Sagrada Congregação da Inquisição Romana, o Índice de livros proibidos (do latim *Index librorum prohibitorum*) consistia em uma lista de livros e autores proibidos pela Igreja Católica, sendo imposto pelas monarquias às suas colônias (Dutra, 2021). O controle da coroa portuguesa era tão acirrado que havia vistorias nos portos a fim de evitar a entrada de obras proibidas e não era permitida a impressão de obras literárias e científicas na colônia (Dutra, 2021).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, foi instituída a primeira editora, chamada Imprensa Régia, passando a ser permitida a impressão de obras literárias no território brasileiro (Dutra, 2021). No entanto, Portugal continuou a exercer o controle sobre sua Colônia por meio do Desembargo do Paço<sup>6</sup>, o qual fiscalizava tanto as obras que transitavam nos portos quanto as impressas no Brasil (Dutra, 2021).

Os períodos mais abordados na literatura científica, em relação à censura de livros no país, são o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985), por serem períodos nos quais vigoraram governos totalitários e antidemocráticos, em que houve um cerceamento institucionalizado da liberdade intelectual e de expressão, atraindo a atenção de pesquisadores sobre o tema nesse contexto e serão brevemente abordados a seguir.

A censura bibliográfica durante o Estado Novo pode ser apresentada por duas vertentes: a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), com a produção de material cujo conteúdo era de interesse do Estado; e censura ao material considerado contrário ao regime, em especial o de cunho comunista (Igreja, 2021).

Criado em 1937, o INL<sup>7</sup> foi utilizado pelo governo para publicação de livros de modo a transmitir e disseminar os seus ideais, impondo a ser consumido pela população o que era considerado culturalmente aceito e adequado para o desenvolvimento de seus cidadãos (Igreja, 2021). Por outro lado, qualquer obra que

---

<sup>6</sup> Inicialmente é criada a junta diretora da Imprensa Régia, no entanto a mesa do Desembargo do Paço se sobrepõe àquela e passa a ter jurisdição sobre a censura, cabendo-lhe a verificação da impressão, comércio e circulação de livros na colônia (Villalta, 2002).

<sup>7</sup> Embora tenha sido utilizado para essa finalidade, o INL teve um importante papel na produção livresca, na promoção da leitura e da educação, e na criação de bibliotecas populares no país (Oliveira; Silva; Castro, 2018).

fosse contra os preceitos do governo, da Igreja Católica ou de grupos conservadores era acusada de comunista, antinacionalista ou anticristã e tinha sua censura justificada ao ser rotulada de “nociva à sociedade” ou “inadequada para as crianças” (Souza, 2018, p. 282).

Para exercer esse controle, o governo contava com órgãos reguladores, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>8</sup> e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), específico para a censura artística e cultural, responsável por analisar e fiscalizar os meios de comunicação como o cinema, a imprensa, os livros e etc. (Souza, 2018). Tanto o DOPS quanto o DIP contavam com “cidadãos de bem” que solicitavam por meio de cartas, a censura ao que consideravam imoral, pornográfico, anticristão ou comunista (Souza, 2018).

Com a instalação da Ditadura Militar em 1964, todas as esferas da sociedade foram adequadas às leis do novo governo (Salcedo; Costa, 2018). Entre 1964 e 1968, a censura de livros no país não estava estruturada em um sistema regulamentado, por isso não tinha critérios bem definidos, acarretando uma atuação confusa e diversa, constituída por “batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física” (Reimão, 2014, p. 117).

A instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, teve um papel crucial na censura aos meios de comunicação e cultura (Igreja, 2021). Ela era imposta a livros que abordassem temas que fossem contra a moral, aos bons costumes, que possuíssem conteúdo sexual, erótico e pornográfico; com conteúdo político considerado subversivo (comunista, marxista ou socialista) ou que fosse contrário ou estimulasse resistência ao regime vigente (Igreja, 2021)

Somente com o Decreto-Lei nº 1.077 (Brasil, 1970), de 26 de janeiro de 1970, ficou formalizada a censura explícita a livros, o qual proibia publicações contrárias à moral e aos bons costumes sob o pretexto de proteger a família, preservar os valores éticos e assegurar o desenvolvimento digno e sadio dos jovens (Souza, 2018). Tais publicações eram descritas no referido Decreto como ameaçadoras aos valores morais da sociedade e subversivas, colocando em risco a segurança nacional (Souza, 2018).

---

<sup>8</sup> O DOPS foi um dos principais órgãos de controle e perseguição do século XX no país (de 1924 a 1983), tendo sido utilizado por diversos governos, sob a alegação de manutenção da ordem, “para perseguir desafetos políticos a apreender materiais, incluindo livros, considerados perigosos” (Souza, 2018, p. 281).

A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, determinava o envio prévio de qualquer publicação para análise do Ministro da Justiça (Reimão, 2014). A reação de diversos órgãos e recusa de escritores em enviarem seus manuscritos fez com que o governo emitisse a Instrução nº I-70, em 24 de fevereiro de 1970, isentando da verificação prévia publicações filosóficas, científicas, técnicas e didáticas, porém mantendo a determinação para os que abordassem temas como sexo, moral e bons costumes (Reimão, 2014; Souza, 2018).

Apesar do término da Ditadura Militar em 1985, a censura às artes e aos meios de comunicação só foi oficialmente extinta com o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 (Reimão, 2014). No entanto, o fim da institucionalização de uma prática, como o caso da censura formalizada por meio de aparatos legais, não significa sua abolição das ações de autoridades governamentais ou de determinados indivíduos, como forma de impor seus valores e visões de mundo ao resto da sociedade.

Casos de tentativas de censura a livros nos últimos anos foram amplamente divulgados na mídia jornalística, devido à repercussão que causaram junto à sociedade civil, sendo abordados em alguns artigos recentes sobre o tema na atualidade, em especial em relação à censura de livros com temática de gênero (Dutra, 2021; Malta; Flexor; Costa, 2020; Souza, 2018). Quantos outros casos devem ocorrer e por não serem reportados na mídia ou divulgados nas redes sociais, não chegam ao conhecimento das pessoas?

Esses estudos trazem à tona uma preocupação com essa prática milenar, em plena democracia, mas que se utiliza dos mesmos subterfúgios discursivos de regimes totalitários como forma de justificar seus atos censórios e que vem se apresentando com cada vez mais frequência. Por exemplo, Souza (2018, p. 272), ao analisar leis, projetos de lei, decretos e matérias de imprensa, busca indicar como a manifestação contra a chamada 'ideologia de gênero' resgata "estratégias discursivas adotadas ao longo do século XX no Brasil, sobretudo durante o Estado Novo e a ditadura militar, para a censura a livros e outras fontes de informação".

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva procura descrever um determinado

fenômeno, tendo objetivos bem definidos e procedimentos formais e estruturados (Cunha; Amaral; Dantas, 2015). Esse tipo de pesquisa apresenta também “as relações entre variáveis, mas não afirmam que nessas relações uma variável é causadora de efeito sobre a outra, e sim, que a variação em uma produz variação em outra, não sendo ela a única responsável por isso” (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 158).

Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como descritiva, visto que procurou fazer um levantamento, por meio de questionário, de modo a obter informações a respeito da percepção das pessoas em geral sobre casos de censura de livros no Brasil.

A pesquisa bibliográfica, conforme os procedimentos técnicos, é uma das modalidades da pesquisa científica cuja finalidade é aprimorar e atualizar o conhecimento por meio de uma investigação de obras relevantes para análise do assunto da pesquisa a ser realizada (Sousa; Oliveira; Alves, 2021). Ela possibilita um melhor conhecimento do fenômeno a ser estudado, por meio do levantamento ou revisão de obras publicadas sobre o assunto (livros, artigos científicos, teses, leis e etc.), servindo também para embasar teoricamente o trabalho (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Para o levantamento bibliográfico preliminar, foram pesquisadas as bases de dados Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Web of Science, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Scopus, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do buscador Google Scholar. Uma pesquisa inicial foi realizada entre 18 e 22 de fevereiro de 2023, utilizando separadamente as seguintes estratégias de busca: censura AND biblioteca; censura AND biblioteca AND brasil; censorship AND librar\*; censorship AND librar\* AND brazil; censura AND bibliotec\*; censura AND bibliotec\* AND brasil. Uma segunda pesquisa foi realizada entre 15 e 22 de abril de 2023, utilizando separadamente as seguintes estratégias de busca: censura AND livro; censor\* AND book.

Em ambas as pesquisas foram utilizados ranqueamentos por relevância e filtros nas bases Web of Science (*Information Science & Library Science*) e Scopus (*Social Sciences e Arts and Humanities*). Não foram utilizados recortes temporais nas bases consultadas. Os documentos recuperados foram pré-selecionados pelo contexto com base na leitura dos resumos e os resultados elencados na Tabela 1:

TABELA 1 - Levantamento e seleção dos documentos

<b>Documentos</b>	<b>Brapci</b>	<b>Web of Science</b>	<b>SciELO</b>	<b>Scopus</b>	<b>BDTD</b>	<b>Google Scholar</b>	<b>Total</b>
Total de resultados das estratégias de busca	89	13	60	40	13	400*	<b>615</b>
Total após exclusão dos resultados duplicados	32	8	41	31	6	164	<b>282</b>
Repetidos de outras bases	0	5	1	4	0	26	<b>36</b>
Desconsiderados (outras áreas ou fora do escopo da pesquisa)	21	2	38	11	6	199	<b>277</b>
Selecionados para a pesquisa	11	1	2	16	0	11	<b>41</b>

\*Considerando a quantidade de resultados e a indisponibilidade de filtros para limitação dos mesmos, a seleção foi restringida aos 50 primeiros de cada busca, totalizando 400 resultados.

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como resultado das buscas, ao analisar conjuntamente as bases de dados pesquisadas, constatou-se que a maioria da produção científica se dá no âmbito de outros países, em especial nos Estados Unidos da América, abordando o tema quanto aos desafios da censura a livros e a bibliotecas (particularmente a escolar e a pública). No âmbito do Brasil, a produção científica sobre o tema da censura (tanto a livros quanto a bibliotecas) é relativamente menor, sendo que a literatura, em sua maioria, aborda o assunto focando em períodos de regimes autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Militar.

Foi realizada a leitura dos 41 documentos selecionados para a pesquisa e utilizados os mais relevantes para a base teórica. Além disso, foram consultados também alguns dos artigos e livros constantes das referências listadas, bem como algumas das indicações constantes da página de sugestão de bibliografia da campanha “Bibliotecas que não se calam”, no sítio eletrônico da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB, 2020).

A abordagem da pesquisa é de cunho qualitativo, sendo o instrumento utilizado para a coleta de dados um questionário de natureza mista, contendo perguntas

abertas e fechadas, referentes à percepção dos participantes em relação a casos de censura de livros no Brasil. Os sujeitos da pesquisa foram compostos por pessoas em geral, não sendo direcionada a um público-alvo específico.

Um questionário é composto de questões referentes a um determinado tema, elaboradas pelos pesquisadores e propostas aos respondentes para obtenção de dados para a pesquisa (Cunha; Amaral; Dantas, 2015). Para a elaboração do questionário, Melo e Bianchi (2015) apontam algumas questões relevantes para as quais o pesquisador deve atentar: o que se quer saber (problema da pesquisa); qual o público-alvo (sujeitos da pesquisa); estética (visualização fácil e agradável das perguntas); e clareza das questões (isentas de ambiguidade).

Previamente à aplicação do questionário, foi realizado um pré-teste, de 21/06/2023 a 07/07/2023, a um grupo de 10 pessoas para verificar se o questionário estava apto para a coleta de dados e atingir os objetivos da pesquisa. A aplicação prévia do questionário tem como finalidade identificar possíveis incoerências “ou complexidade das questões, as ambiguidades ou linguagem inacessível e as perguntas supérfluas ou que causem embaraço ao informante” (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 249-250).

Com base na realização do pré-teste, foram realizados pequenos ajustes na disposição de algumas perguntas e excluída a referente à idade da pessoa respondente, visto não ser considerado um dado relevante para a pesquisa.

Atentando para a variedade de definições sobre o que é censura e os diversos contextos a que podem ser aplicadas cada uma, para o propósito da pesquisa em se tratar da censura de livros, escolheu-se como a mais elucidativa ao público respondente a definição apresentada pela ALA (American Library Association, 2021) para inclusão no início do questionário, orientando a pessoa participante a considerar tal definição ao respondê-lo.

O questionário final (Apêndice A) foi composto por perguntas referentes à contextualização da ação ou tentativa de censura a livro no Brasil (estado onde ocorreu; local; quem realizou a censura; título e autoria da obra; e ano em que ocorreu), bem como às percepções dos respondentes sobre o ocorrido (descrever o evento; se havia lido a obra censurada; se concordava com a censura; e por qual motivo achava que a obra havia sido censurada).

A aplicação do questionário foi realizada entre 14/08/2023 e 14/10/2023 de forma eletrônica no *Google Forms*, por meio do envio de link via Internet (em redes sociais,

como Instagram e WhatsApp, no Fórum da Graduação do curso de Biblioteconomia da UFSC e por *mailing lists* da Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação de Iberoamérica e do Caribe (EDICIC) e da FEBAB), informando que poderia ser respondido por e compartilhado com qualquer pessoa.

O formulário contou com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para confirmação de que a pessoa estava ciente do contexto da pesquisa e de acordo com a participação na mesma e de que não haveria qualquer tipo de identificação ou necessidade de fornecimento de dados pessoais ao responder o questionário.

Com base nas respostas, foi realizada análise de conteúdo, conforme a perspectiva apresentada por Bardin (1977). A análise de conteúdo é uma ferramenta para análise de dados qualitativos a qual consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 1977, p. 31) funcionando de acordo com procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, sendo, desse modo, um tratamento da informação contida nestas.

Para um maior entendimento do contexto em que ocorreu cada caso de censura, foi elaborada uma categorização, que permite classificar os “elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 1977, p. 117).

As categorias definidas para análise das respostas são: Estado onde ocorreu o evento; Local onde ocorreu o evento; Pessoa que realizou a censura; Título da obra; Nome da pessoa autora; Ano em que ocorreu o evento; e Motivação para a censura.

O questionário obteve 163 respostas, sendo que 74 (45,4%) informaram não terem presenciado, 19 (11,7%) que não sabiam responder e 70 (42,9%) informaram ter presenciado ação ou tentativa de censura a livro no Brasil, sendo que estas últimas foram consideradas para pré-análise e realizada a leitura das mesmas.

Após a pré-análise das respostas, foram desconsideradas aquelas em que os relatos evidenciaram se tratar de casos vistos na mídia e que tiveram grande repercussão. Foram eles: censura ao HQ “Vingadores - a cruzada das crianças”, de Allan Heinberg e Jim Cheung, na Bienal do Rio de Janeiro, em 2019, pelo então prefeito Marcelo Crivella (11 respostas), e ao catálogo da exposição “Queermuseu”, retirado de bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, em 2017 (2 respostas). As respostas que não se configuraram como caso de censura<sup>9</sup> (1 resposta) ou que não

---

<sup>9</sup> O caso refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal de declarar inconstitucional a obrigatoriedade de manutenção de exemplar da Bíblia em escolas e bibliotecas públicas do Mato

fornecheram informações suficientes em relação ao ocorrido (4 respostas) também foram desconsideradas.

Com isso, o corpus selecionado para análise foi composto por 52 respostas. Para contextualização dos casos relatados, foi realizado um levantamento estatístico referente às categorias: Estado onde ocorreu o evento; Local onde ocorreu o evento; Pessoa que realizou a censura; Ano em que ocorreu o evento; e Motivação para a censura.

## 6 RESULTADOS E ANÁLISES

A identificação dos atos/eventos/episódios de censura, referente ao objetivo específico a), foi elaborada com base nas categorias selecionadas para contextualização dos casos relatados e apresentadas a seguir.

Quanto aos estados onde os eventos ocorreram, segundo os respondentes, foram reportados 12 estados: Santa Catarina (13 - 25%); São Paulo (11 - 21,2%); Rio de Janeiro (8 - 15,4%); Paraná (6 - 11,5%); Amazonas (3 - 5,8%); Minas Gerais (3 - 5,8%); Ceará (2 - 3,8%); Distrito Federal (2 - 3,8%); Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rondônia tiveram um reporte por estado (1,9% cada).

Em relação ao local onde ocorreu o evento, obteve-se 9 localidades: Biblioteca Escolar (26 - 50%); Biblioteca Universitária (6 - 11,5%); Biblioteca Especializada (5 - 9,6%); Biblioteca Pública (5 - 9,6%); Biblioteca Infantil (5 - 9,6%); Escola (2 - 3,8%); as localidades Editora; Livraria; e Universidade foram citadas apenas uma vez (1,9% cada).

Na pergunta sobre quem realizou a censura, foram identificados 11 agentes: Autoridade da Instituição (15 - 28,8%); Pai/responsável (12 - 23,1%); Bibliotecário (10 - 19,2%); Autoridade governamental (7 - 13,5%); Aluno (2 - 3,8%); outros agentes como Sócia do Clube; Colega de Trabalho; Auxiliar de biblioteca; Professor; Coordenadora de curso; e Pedagoga foram citados apenas uma vez (1,9% cada).

O período abarcado pelas respostas vai de 1980 até 2023<sup>10</sup>, sendo apresentados cronologicamente, do ano corrente ao mais antigo: 2023 (13 - 28,9%); 2022 (9 - 20%);

---

Grosso do Sul, seguindo decisão semelhante ocorrida no estado do Amazonas. O caso não pode ser configurado como censura, visto que a decisão não proíbe exemplares nos locais, mas entende que a obrigatoriedade favorece uma religião específica em detrimento das demais, o que fere o princípio da liberdade religiosa conforme disposto no art. 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988).

<sup>10</sup> Algumas respostas indicaram períodos, tendo sido contabilizados os anos contidos nestes.

2021 (1 - 2,2%); 2020 (2 - 4,4%); 2019 (4 - 8,9%); 2018 (3 - 6,7%). Os anos de 2017, 2015, 2014, 2012, 2010, 2001, 2000, 1997, 1995, 1994, 1993, 1991 e 1980 foram citados apenas uma vez (2,2% cada).

Em relação à motivação, foram apontados os seguintes fatores<sup>11</sup>: Impróprio para crianças/adolescentes (16 - 14,7%); Conteúdo sexual/nudez (15 - 13,8%); Conteúdo sobre gênero/orientação sexual (13 - 11,9%); Considerada “politicamente incorreta” (13 - 11,9%); Conteúdo político (11 - 10,1%); Conteúdo sobre bruxaria/seres mágicos e/ou fantásticos (8 - 7,3%); Agressão/violência física e/ou psicológica (6 - 5,5%); Linguagem inapropriada (5 - 4,6%); Conteúdo étnico/racial (5 - 4,6%); Conteúdo religioso (4 - 3,7%); Conteúdo sobre depressão/suicídio (2 - 1,8%); Conteúdo sobre drogas ilícitas/bebidas alcoólicas (2 - 1,8%); Questões ideológicas (2 - 1,8%). Outras motivações apontadas apenas uma vez (0,9% cada) foram: Moral religiosa; Moralismo social e cultural; Fanatismo religioso; Ignorância; Autora e assuntos polêmicos; Autora não possui formação na área; e Preconceito religioso.

Ao todo foram citados especificamente nas respostas 48 títulos, sendo que 5 (cinco) foram citados em mais de uma resposta. Algumas acrescentaram que outros títulos da mesma autoria também foram alvo de censura, porém não informaram quais obras. Quanto aos objetivos específicos b) identificar os títulos e/ou autores de livros mais censurados; e c) analisar as razões por trás da censura desses títulos e/ou autores, investigando a que tipo de questões estão relacionadas, foram selecionados para elaboração do Quadro 2 os casos que tiveram mais de uma citação, contendo as categorias Título, Autoria e Motivação. Nos próximos parágrafos serão apresentados trechos dos relatos referentes aos 5 (cinco) casos específicos, além de outros que se destacaram, particularmente em relação à atuação dos profissionais bibliotecários.

Quadro 2 – Casos de censura mais reportados por título, autoria e motivação

<b>Citações</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Motivação</b>
3	Princesa Kevin	Michael Escoffier	Conteúdo sobre gênero/orientação sexual, Conteúdo político
3	Laranja Mecânica	Anthony Burgess	Considerada “politicamente incorreta”, Agressão/violência física e/ou psicológica, Conteúdo sobre depressão/suicídio, Ignorância, Questões ideológicas,

<sup>11</sup> Diversas respostas apontaram mais de uma motivação para a censura.

			Impróprio para crianças/adolescentes, Conteúdo sexual/nudez
3	O Capital e demais obras	Karl Marx	Considerada “politicamente incorreta”, Conteúdo político
3	Coleção Harry Potter	J. K. Rowling	Conteúdo sobre bruxaria/seres mágicos e/ou fantásticos, Impróprio para crianças/adolescentes
2	Minha luta	Adolf Hitler	Considerada “politicamente incorreta”, Conteúdo étnico/racial, Conteúdo político, Agressão/violência física e/ou psicológica

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2023).

O livro “Princesa Kevin”, de Michael Escoffier, foi citado em 3 (três) respostas. Todas apontam para os casos terem ocorrido no Rio de Janeiro em 2023, sendo que duas ocorreram em biblioteca infantil e realizada por autoridade da instituição, e a terceira em biblioteca escolar e realizada por professor da escola. Um dos respondentes relata que “[...] foi preparada uma contação de histórias com o livro A Princesa Kevin e a coordenação não autorizou”, sendo que “[u]ma das bibliotecárias foi afastada da biblioteca por ter sido considerada líder do movimento de leitura de livros sobre gênero e sexualidade”. Outro respondente informa que “[a] coordenadora na escola censurou a apresentação de uma oficina sobre a história do livro e queria restringir o acesso pelas crianças, além de reprimir o empréstimo”. Mesmo possuindo classificação indicativa para crianças a partir de 6 anos, o livro teve seu acesso restrito por abordar a temática de gênero/orientação sexual.

Outra obra citada em 3 (três) respostas, foi “Laranja Mecânica”, de Anthony Burgess. Todas indicam ter ocorrido em biblioteca escolar de Santa Catarina, realizada por autoridade governamental, entre final de 2022 e início de 2023. Ao analisar os relatos, estes parecem estar relacionadas ao mesmo evento, porém podem se tratar de diferentes bibliotecas, visto que o documento foi encaminhado às bibliotecas escolares do estado, conforme trechos transcritos abaixo:

Respondente 1 - “Foi uma ordem vinda do governo estadual para retirar o livro, e também outros, das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino. A Justificativa foi de que não eram livros apropriados, mas não teve nenhum parecer técnico”.

Respondente 2 - “Governo do Estado enviou CI<sup>12</sup> aos diretores de escolas na qual deveria se procurar em bibliotecas escolares e retirar de circulação uma série de livros, entre eles o Laranja Mecânica”.

Respondente 3 - “Foi solicitada pelos coordenadores regionais da coordenação de educação que os livros citados fossem retirados das bibliotecas nas escolas”. Essa resposta cita ainda as obras “A química entre nós”, de Larry Young e Brian Alexander, e “Ed e Lorraine Warren: demonologistas”, de Gerald Brittle, como constantes da lista.<sup>13</sup>

Caso semelhante, que teve bastante repercussão na mídia, ocorreu no início de 2020, em que um documento da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia encaminhava às coordenadorias regionais de educação a relação de 43 títulos e os de autoria de Rubem Alves, determinando o recolhimento das referidas obras das escolas, sob o argumento de apresentarem conteúdo inadequado para crianças/adolescentes (Documento, 2020).

Karl Marx também foi citado em 3 (três) respostas, sendo que duas apontaram especificamente a obra “O capital”. Um dos casos ocorreu em uma livraria do Ceará, realizado por um pai/responsável que “ficou extremamente irritado, porque ‘só havia livros de capa vermelha, de comunistas’.” O outro caso, ocorrido ainda à época da Ditadura Militar, em 1980, informou ter ocorrido em biblioteca especializada do Rio de Janeiro por autoridade da instituição, sendo que “[o] título não podia nem ser citado”. A terceira resposta informou se tratar de várias obras do autor, tendo ocorrido em 2023 em uma biblioteca universitária de São Paulo. A censura partiu da bibliotecária da instituição que proibiu a conversão das obras para formato digital e áudio textos para serem utilizadas por pessoa com deficiência visual<sup>14</sup>: “[a] bibliotecária não queria que eu digitalizasse e nem gravasse. Jogou o livro, praticamente me chamou de Comunista e disse que eu não deveria ler porque ele viveu às custas da esposa dele”.

---

<sup>12</sup> Sigla utilizada para ‘Correspondência Interna’.

<sup>13</sup> Após o encerramento da aplicação do questionário, veio a público um ofício, de 07 de novembro de 2023, emitido pela Secretaria da Educação de Santa Catarina, em que se determina a retirada de nove títulos das escolas da rede pública do estado. Além dos três títulos citados no relato, constam da lista: “Coração Satânico”, de William Hjortsberg, “Donnie Darko”, de Richard Kelly, “Exorcismos”, de Thomas B. Allen, “It: A coisa”, de Stephen King, “Os 13 porquês”, de Jay Ascher, e “O Diário do Diabo: Os segredos de Alfred Rosenberg, o maior intelectual do nazismo”, de Robert K. Wittman e David Kinney (Bronze, 2023).

<sup>14</sup> A Lei 9.610/1998, que dispõe sobre direitos autorais, permite a reprodução “de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários” (Brasil, 1998).

A pessoa complementa: “Ela censura outras obras de cunho religioso, de gênero, inclusive apresenta comportamento homofóbico.” E ainda questiona: “Como denunciar estes atos de censura?”.

A série de livros Harry Potter, de J. K. Rowling também foi citada em 3 (três) respostas. Duas delas ocorreram em biblioteca escolar em Santa Catarina. Uma informa ter sido realizada por autoridade da instituição, em 2018: “coordenadora da escola [...] [a]o observar a coleção do Harry Potter, solicitou a retirada dos livros (NOVOS) pois a escola era cristã/católica e não permitia livros sobre bruxaria” e “todo material que falasse sobre seres místicos, signos, ETs deveriam ser retirados pois ia contra o que prega a bíblia”. A outra aponta o pai/responsável, em 2015: “Um aluno pegou o livro emprestado [...] e dois dias depois o pai dessa criança foi a escola fazer um escândalo sobre este livro estar disponível para estudantes menores de idade por conter ‘bruxaria’ e ‘satanismo’.” Ambos os casos indicam a motivação para a censura devido ao conteúdo sobre bruxaria/seres mágicos e/ou fantásticos.

O terceiro caso, além de citar especificamente esse título, fornece exemplos de várias outras obras que foram censuradas ao longo de um período no local. O caso ocorrido em uma biblioteca pública do Amazonas, entre 2012 e 2018, foi realizado pela bibliotecária da instituição: “todos os títulos de denominação religiosa fora do cristianismo na qual a bibliotecária participava [...] foram várias obras: religiosas, LGBT, escritores como Emeçida, biografias, romances com ilustrações de nudez, seres mágicos, ervas, Senhor dos Anéis, Harry Potter [...] As obras que recebíamos, citadas acima, simplesmente sumiam; Percebi que era por causa da religião que ela seguia”.

O livro “Minha Luta”, de Adolf Hitler, foi citado em 2 (duas) respostas. Uma delas relata se tratar de um projeto do Pet de História de uma universidade em Santa Catarina, em 2010, em que seria realizada “uma leitura crítica de obras cujo viés era de cunho fascista [para] análise acadêmica e suas particularidades”, tendo sido vetada por alunos da própria universidade. A outra resposta aponta que o recolhimento da obra se deu por autoridade de biblioteca universitária em Santa Catarina, em 2023, “[a]pós o atentado na creche e o aumento de células neonazistas no Estado, houve recolhimento da obra”.

Particularmente em relação a esses 5 (cinco) casos específicos, podemos nos questionar o porquê dessas obras terem sido objeto de censura. As restrições de acesso à obra “Princesa Kevin” podem indicar uma intolerância a diferentes formas

de expressão de gênero e um entendimento de que as crianças devem ser “protegidas” de discursos que façam “apologia à ideologia de gênero”.

Quanto à “Laranja Mecânica”, o conteúdo de violência e cunho sexual da obra é utilizado como justificativa para o seu cerceamento, sendo considerado impróprio e “politicamente incorreto”. É mais conveniente retirar a obra de circulação do que promover uma leitura crítica da mesma.

“O Capital”, obra de cunho socialista e de crítica ao capitalismo, é censurada por ser “comunista” e “de esquerda”, indo contra os preceitos políticos “da direita”. Seu cerceamento também pressupõe uma tentativa de limitar a circulação desse pensamento ideológico contrário ao do agente sensor e que influencie a opinião dos leitores ou seja utilizada como forma de doutrinação político.

A série “Harry Potter” tem a sua censura atrelada a um fundamentalismo religioso e à ideia de que ter acesso a ela seria prejudicial à pessoa, por ter em seu conteúdo seres fantásticos como bruxos, elfos, monstros e outros seres mitológicos (ainda que seja uma obra de ficção) o que iria contra os preceitos de determinada doutrina. Há que se ressaltar a importância que essa série teve na promoção e incentivo ao hábito da leitura, não só do público infanto-juvenil, como de adultos.

Quanto à obra “Minha Luta”, a polêmica gira em torno da concepção de que a leitura (ainda que de forma crítica, como era o intento dos alunos do Pet de História) seja uma evidência de que a pessoa seja partidária dos ideais nazistas ou que possa ser influenciada a segui-los. Banir uma obra porque ela reflete um pensamento que vai contra os direitos humanos de um determinado grupo, sem considerar o contexto sócio-histórico em que ela estava inserida é promover um apagamento de uma parte da história da humanidade. E por que esta obra específica enquanto diversas outras que tratam de regimes ou líderes ditatoriais (como Mussolini, Mao Tsé Tung, Stalin, Franco, entre outros) não recebem essa atenção, mesmo tendo sido tão ou mais responsáveis por crimes contra a humanidade?

Quanto aos casos relativos à atuação de profissionais bibliotecários, fazemos referência aos realizados por esses profissionais. Além dos dois já citados (um contra as obras de Karl Marx e outro contra a série Harry Potter), trazemos outros exemplos:

- a) Biblioteca escolar de Alagoas, em 2023: Bibliotecária excluiu do acervo as obras “Marx: vida e obra”, de José Arthur Giannotti, e “Lula do Brasil”, de Richard Bourne, por sua crença religiosa e posicionamento político;

- b) Biblioteca escolar da Bahia, em 2020: A obra “Bahia: inquisição & sociedade”, de Luiz Mott, por ser considerado impróprio para crianças/adolescentes e ter conteúdo sobre gênero/orientação sexual; e
- c) Biblioteca escolar do Rio de Janeiro, em 2017: Bibliotecária não colocou no acervo o livro “Precisamos falar sobre Kevin”, de Lionel Shriver, por achar “que poderia influenciar os alunos da escola a agirem da mesma forma” e a obra foi colocada para doação. Também considerada imprópria para crianças/adolescentes.

Em contrapartida, outros relatos demonstram a tentativa dos profissionais bibliotecários em advogar em defesa da manutenção de determinado livro no acervo, conforme o caso ocorrido em uma biblioteca escolar de Santa Catarina, em 2022, em que a bibliotecária “[i]nformou que de acordo com suas entidades profissionais (IFLA) e ética profissional não orientava a retirada de nenhuma obra e sim trabalhar de forma educacional juntos aos adolescentes [...] O Diretor informou que quem mandava era ele e iria ser retirado”. A obra em questão se tratava de “Donnie Darko”, de Richard Kelly, e foi solicitada a retirada “pois um professor o informou que o livro possuía as palavras ‘idiota’ ‘bicha’ além da capa parecer o diabo”.

Um dos relatos referente a diversas solicitações de retirada de material por parte dos pais/responsáveis, entre 2021 e 2023, em uma biblioteca escolar do Rio de Janeiro evidencia a importância de os profissionais bibliotecários e as autoridades da instituição terem consciência do seu compromisso com a sociedade e de trabalharem em conjunto: “Quaisquer livros com diversidade de famílias ou seja interpretada como a famigerada ‘ideologia de gênero’. Pautas consideradas de esquerda também recebem pedidos de retirada da biblioteca [...] Os pais pedem e a gente agradece a mensagem. Não retiramos nas estantes. A direção apoia as bibliotecas”. As obras citadas foram: “Quem tem medo do novo?”, de Ruth Rocha, “Os três ladrões”, de Tomi Ungerer, e “Adèle, a terrível”, de Mr. Tan (pseudônimo de Antoine Dole), sendo indicadas as seguintes motivações: Considerada “politicamente incorreta”; Impróprio para crianças/adolescentes; Conteúdo político; Linguagem inapropriada/ofensiva; e Conteúdo sobre gênero/orientação sexual.

A partir das respostas, nota-se que os casos de censura se dão mais no âmbito das bibliotecas escolares (50%), sendo perpetrados principalmente por autoridades da instituição (28,8%) e por pais/responsáveis (23,1%). Os dois últimos anos (2022 e 2023) abarcam cerca de metade (48,9%) do período indicado pelos respondentes. A

motivação mais citada para a realização da censura foi que a obra era imprópria para crianças/adolescentes.

As respostas e relatos demonstram que as pessoas em geral, ao presenciar ou sofrer um ato censório, percebem que se trata de uma tentativa de cerceamento da manifestação de ideias e visões de mundo distintas das do indivíduo que a realiza e que esse ato fere os preceitos de direito à liberdade de opinião e de expressão, conforme estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) e na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). No âmbito da Biblioteconomia, o Código de Ética e Deontologia (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018) também repudia essa prática por parte do profissional, visto que este deve garantir o acesso indiscriminado a qualquer tipo de informação, de acordo com as necessidades e demandas dos usuários.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A censura de livros está atrelada à história do Brasil desde o período colonial. A censura institucionalizada à cultura e aos meios de comunicação nos períodos em que vigoraram regimes autoritários no país demonstram a importância que esses governos atribuíam ao livro e à leitura e ao “perigo” que estes representavam ao disseminar ideias contrárias aos interesses do Estado. Com isso, se utilizavam de discursos de cunho político, religioso e moral para justificar suas ações censórias e convencer a população de que era para proteção do “cidadão de bem” e sua família e dos valores éticos e morais da sociedade.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram garantidos os direitos de acesso à informação e à liberdade de opinião e de expressão, sendo vedada a censura. No entanto, nesta pesquisa foi possível perceber que a sua prática permanece vigente, com os anos de 2022 e 2023 representando um período significativo de ocorrências. Isso nos leva a considerá-la uma problemática atual e a ressaltar a necessidade e a importância de nos atentarmos às suas manifestações e nos posicionarmos contra elas.

As motivações por trás desses atos censórios se mantêm muito semelhantes às apresentadas como justificativa pelos censores ao longo do tempo, em especial nos períodos de governos totalitários, sendo influenciadas por questões políticas, religiosas e temáticas relacionadas a gênero e orientação sexual, o que nos leva a

inferir que essas práticas, apesar de muitas vezes serem realizadas por figuras de autoridade (governamental ou institucional), partem da própria sociedade, onde estão enraizadas ideias e valores do que é considerado aceitável e do que deve ser reprimido.

O fato da maioria dos casos ocorrerem em bibliotecas escolares sob o argumento de serem impróprios para crianças e adolescentes também é motivo de preocupação, já que se trata de um ambiente educacional e de formação, levantando a questão do que é apropriado e que mesmo essa concepção é distinta para coordenadores, pais, professores e, inclusive, os próprios bibliotecários.

A relação que as tentativas de censura de livros infantis têm com determinadas concepções do que são infância, literatura e educação e que estas estão alinhadas a uma tentativa de controle da imaginação das crianças, impondo uma certa doutrinação de acordo com princípios, valores e visão de mundo dos adultos. Essas práticas se baseiam na noção de que a mente infantil é facilmente moldada, sendo a literatura uma forma muito eficaz para tal, subestimando a sua capacidade de compreender e refletir sobre si mesma e sobre o mundo à sua volta (Petrovich; Baptista; Sá, 2023).

Isso demonstra que, de modo geral, as bibliotecas se apresentam como locais de disputa ideológica. É nesse contexto que destacamos a importância de conscientizar a sociedade de que as bibliotecas são espaços de inclusão, aprendizado e pluralidade, garantindo o acesso irrestrito a uma variedade de ideias e perspectivas.

Particularmente em relação aos profissionais bibliotecários, torna-se evidente que estes precisam distinguir entre suas convicções pessoais e o seu papel profissional, não podendo utilizar seu posicionamento político, crença religiosa e valores morais como justificativas para cercear o acesso de terceiros a informações que não condizem com sua visão de mundo. Isso aponta para a necessidade de reforçar a formação ética e o seu compromisso com a defesa da diversidade de pensamento e da liberdade intelectual.

Esses profissionais devem se unir às autoridades das instituições em que atuam, ressaltando a importância de seu papel como mediador da informação e sua responsabilidade social em garantir o acesso do usuário à informação isenta de qualquer tipo de censura. Além disso, devem promover a conscientização e o diálogo entre as pessoas e, na impossibilidade, procurar denunciar tais casos de censura às entidades de classe, como Conselhos Regionais de Biblioteconomia ou associações profissionais.

Mais estudos se fazem necessários para documentar e analisar casos de censura de livros no país, em especial na contemporaneidade, de forma a evidenciar e dar visibilidade à ocorrência da transgressão desses direitos que devem ser resguardados em prol de uma sociedade que estimule o pensamento crítico e acolha as diversas formas de ser e estar no mundo.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Censorship by the numbers**, 2023.

Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/bbooks/by-the-numbers>. Acesso em: 03 jun. 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **First Amendment and Censorship**, 2021.

Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/censorship>. Acesso em: 30 abr. 2023.

ANDREATTA, Pedro Ivo Silveira; SILVEIRA, João Paulo Borges da. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1–29, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e90814. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90814>. Acesso em: 13 maio 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1970. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm) Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm). Acesso em: 21 out. 2023.

CAVALCANTI, Marcycleis Maria; PAJEÚ, Hélio Márcio; BUFREM, Leilah Santiago. Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 301-319, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/197153>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BRONZE, Giovanna. Sem justificar, governo de SC retira 9 livros das escolas públicas. **CNN Brasil**, São Paulo, 09 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sem-justificar-governo-de-sc-retira-9-livros-das-escolas-publicas/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018**. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília: CFB, 2018. Disponível em: <https://crb6.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf> Acesso em: 07 abr. 2023.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Isto não é censura – a construção de um conceito e de um objeto de estudo. *In*: COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.) **Privacidade, sigilo e compartilhamento**. São Paulo: ECA-USP, 2017. DOI: 10.11606/9788572051729. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/154/133/662?inline=1>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angélica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DOCUMENTO da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas ‘Macunaíma’ e mais 42 livros; secretário diz ser ‘rascunho’. **G1 RO**, Porto Velho, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/06/documento-da-secretaria-de-educacao-de-ro-manda-recolher-de-escolas-macunaïma-e-mais-42-livros-secretario-diz-ser-rascunho.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2023.

DUTRA, Matheus Pedro. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/170212>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Bibliotecas que não se calam**, 2020. Disponível em: <http://febab.org.br/censurado/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

IGREJA, Paula Ribeiro da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/170208>. Acesso em: 05 mar. 2023.

LIMA, Arabelly Karla Ascoli de; GALINDO, Marcos Lima. Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: Universidade Estadual de

Londrina. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103057>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MALTA, Renata Barreto; FLEXOR, Carina Luisa Ochi; COSTA, Aianne Amado Nunes. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBTQ+. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 61, p. 1-13. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/3ygWC93Pp4SYskjTnzN8vww/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MELO, Waisenhowerk; BIANCHI, Cristina dos Santos. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 3, mai-ago 2015, p. 43-59. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1946/2179>. Acesso em 15 mar. 2023.

OITO livros que sofreram tentativa de censura recentemente no Brasil. **Biblio – Cultura Informacional**, 13 set. 2019. Disponível em: <https://biblio.info/oito-livros-que-sofreram-tentativa-de-censura-recentemente-no-brasil/>. Acesso em: 26 set. 2023.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, Porto, n. 7, p. 31-50, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70207>. Acesso em: 05 mar. 2023.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125-151, 2018. Disponível em: [10.19132/1808-5245243.125-151](https://doi.org/10.19132/1808-5245243.125-151) Acesso em: 20 fev. 2023.

OLIVEIRA, Danielle. Ganhador do Prêmio Jabuti, Marçal Aquino tem livro retirado de vestibular após deputado criticar obra. **G1 Goiás**, 01 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/01/escritor-tem-livro-retirado-de-vestibular-de-universidade-apos-deputado-criticar-obra.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

PETROVITCH, Camila Souza; BAPTISTA, Mônica Correia; SÁ, Alessandra Latalisa de. Censura/controla a livros infantis no Brasil de 2016-2020. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 10, n. 2, p. 144-156, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8417>. Acesso em: 24 maio 2023.

REIMÃO, Sandra. Censura a livros no Brasil - breve panorama histórico. *In*: COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA/USP, 2014.

REIMÃO, Sandra; NERY, João Elias; MAUÉS, Flamarion. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro - 2019-2020. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 40, p. 5–18, 2023. DOI: 10.5902/1679849X66347. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/66347>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SALCEDO, Diego; COSTA, Luana Alves de Melo. Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 284-313, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34542>. Acesso em: 09 abr. 2023.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71150>. Acesso em: 25 fev. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26. jan./jun. 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266>. Acesso em: 04 fev. 2023.

VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2002.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Convidamos você a participar da pesquisa “Censura de livros no Brasil”, cujo objetivo é identificar a percepção das pessoas com relação a casos de censura de livros em bibliotecas, escolas, etc. no país. Para participar, você deverá responder a este questionário de 11 perguntas e com **duração estimada de 3 a 5 minutos**.

O questionário foi elaborado por Renata Viana, graduanda do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do Prof. Dr. Enrique Muriel-Torrado (UFSC) e coorientação do Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado (UDESC), para realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Não é preciso se identificar nem fornecer quaisquer tipos de dados pessoais** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018). Dúvidas em relação ao questionário, entrar em contato pelo e-mail [renata.viana@grad.ufsc.br](mailto:renata.viana@grad.ufsc.br).

Agradecemos sua participação!

Após ler este termo e entender as condições da pesquisa:\*<sup>15</sup>

- ( ) Estou ciente e aceito participar  
 ( ) Não aceito participar

Para responder ao questionário, considerar a seguinte definição:

A censura é a supressão de ideias e informações que alguns indivíduos, grupos ou funcionários do governo consideram censuráveis ou perigosas. Os indivíduos censores tentam usar o poder do estado para impor às outras pessoas sua visão do que é verdadeiro e apropriado, ou ofensivo e censurável. Com isso, pressionam instituições públicas, como bibliotecas, a suprimir e remover do acesso público as informações que julgam inadequadas ou perigosas, para que ninguém mais tenha a chance de ler ou visualizar o material e tirar suas próprias conclusões sobre ele.

(*American Library Association* – ALA. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/censorship>)

### 1. Você já presenciou alguma ação ou tentativa de censura a livro no Brasil?\*

(Ao responder Não ou Não sei responder, irá direcionar para a página de submissão do questionário)

- ( ) Sim            ( ) Não            ( ) Não sei responder

Se você tiver presenciado mais de um caso, cite apenas um exemplo. Se quiser, após enviar esse questionário, pode abrir o link novamente para responder as perguntas referentes a cada caso (favor submeter o questionário antes de abrir o link novamente). O questionário pode ser respondido quantas vezes você quiser.

---

<sup>15</sup> As frases ou perguntas com um asterisco ao final delas indicam que a resposta é obrigatória.

**2. Em que Estado ocorreu o evento?\***<sup>16</sup>

**3. Em que local ocorreu o evento?\***

Biblioteca Infantil     Biblioteca Escolar     Biblioteca Universitária  
 Biblioteca Pública     Biblioteca Comunitária     Biblioteca Especializada  
 Livraria     Escola     Universidade     Evento literário (Bienal, Feira do Livro...)  
 Organização religiosa (Igreja, templo...)     Outros. \_\_\_\_\_

**4. Que pessoa realizou a censura?\***

Professor     Aluno     Pai/responsável     Bibliotecário  
 Autoridade governamental     Autoridade da instituição  
 Autoridade/líder religiosa(o)     Outros. \_\_\_\_\_

**5. Cite o título da obra\*** \_\_\_\_\_

**6. Cite o nome da pessoa autora da obra** \_\_\_\_\_

**7. Cite o ano em que ocorreu o evento (coloque o ano aproximado, caso não lembre exatamente)\*** \_\_\_\_\_

**8. Descreva brevemente como ocorreu o evento.\*** \_\_\_\_\_

**9. Você leu a obra censurada?\***

Sim.     Não.

**10. Você concorda com a censura da obra?\***

Sim.     Não.     Em parte.

**11. Por qual motivo você acha que a obra foi censurada? (Pode marcar mais de uma opção)\***

Considerada "politicamente incorreta"  
 Conteúdo impróprio para crianças/adolescentes  
 Conteúdo étnico/racial  
 Conteúdo político  
 Linguagem inapropriada/ofensiva  
 Conteúdo sexual/nudez  
 Conteúdo religioso  
 Conteúdo agressivo/violência física e/ou psicológica  
 Conteúdo sobre gênero/orientação sexual  
 Conteúdo sobre drogas ilícitas/bebidas alcoólicas  
 Conteúdo sobre bruxaria/seres mágicos e/ou fantásticos  
 Conteúdo sobre depressão/suicídio  
 Outros \_\_\_\_\_

**Caso tenha algum comentário sobre o assunto, utilize o espaço abaixo (opcional).** \_\_\_\_\_

<sup>16</sup> Nessa pergunta, foram elencadas as 27 unidades federativas do país, em formato *dropdown*, para seleção da opção pelo respondente.